

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-BACHARELADO

DÉBORA JÚLIA RODRIGUES ALVES

MIGRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E A MIGRAÇÃO
HAITIANA NO BRASIL

Viçosa-Mg

Maio 2021

(Segundo Semestre de 2020: calendário alterado em decorrência da pandemia de
Covid-19)

DÉBORA JÚLIA RODRIGUES ALVES

MIGRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E A MIGRAÇÃO
HAITIANA NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Douglas Mansur da Silva

Viçosa-Mg

Mai 2021

(Segundo Semestre de 2020: calendário alterado em decorrência da pandemia de Covid-19)

DÉBORA JÚLIA RODRIGUES ALVES

MIGRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E A MIGRAÇÃO
HAITIANA NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da universidade Federal de Viçosa como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Douglas Mansur da Silva- ICHS-UFF

Aprovado em: 07 de maio de 2021.

Dr. Douglas Mansur da Silva (Orientador)
(ICHS-UFF)

Dr. Gustavo Tentoni Dias (Avaliador)
(DCS-Unimontes)

Fabrício Roberto Costa Oliveira (Avaliador)
(DCS-UFV)

Tádzio Peters Coelho (Avaliador)
(DCS-UFV)

Viçosa-Mg

Maio - 2021

*Aos imigrantes latino americanos no mundo,
em especial, ao meu companheiro de jornada,
Juan Peña, por inspirar a realização deste
trabalho e pelas longas horas de conversa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha ancestralidade pela proteção e amparo, sem as quais eu jamais haveria de conseguir realizar tantas tarefas e insistir na busca pela coerência, pelo conhecimento e, sobretudo, pela transformação do nosso mundo. À minha família, por ser um lugar de afeto, de apoio e incentivo, em especial às mulheres.

À minha inspiração e força, minha mãe, por ser meu apoio durante toda a graduação e a vida, fonte de amor e fé. Sem seu amor eu nada seria. Obrigada mãe! À minha tia Emiliana, minha companheira de sempre. Obrigada tia !

Ao meu pai e meu irmão, que, onde quer que estejam, sei que olham por mim, por serem a expressão do amor como ponte entre os mundos e as pessoas. Obrigada e estejam em paz e bem, pra vocês o meu amor, gratidão e saudades eternas!

Ao meu filho Davi, por deitar ao meu lado dias a fio como forma de me acompanhar nas leituras e escrita deste trabalho, ao mesmo tempo em que me pedia pra jogar baralho com ele. Obrigada filho, por me dar forças pra seguir, por me lembrar de pausar, por me permitir olhar para a criança que fui e sou, por me ensinar tanto. Ao meu companheiro Juan, por me lembrar sempre de que eu podia realizar, por ser meu interlocutor mais leal a todo momento e por me ensinar o valor da coerência e do amor eficaz.

Às minhas grandes amigas Ana Luiza, Bruna e Tábata e aos colegas que tanto me ajudaram durante a graduação.

Aos movimentos populares pelos quais passei e a todas as pessoas que compõem esses espaços de luta. Vocês me ensinaram e me ensinam a ter esperança e lutar com alegria, sem as quais, eu não insistiria na tentativa de compreender e transformar a realidade em que vivemos. A vocês minha gratidão eterna. Por fim, agradeço ao meu orientador, Douglas Mansur, pela paciência e respeito a minha autonomia, referência de educador disposto a entregar tudo que sabe. Aos meus professores. Obrigada!

I

Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.
Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.
Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.
Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.

II

Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.
Mudou-se a rua da infância.
E o vestido vermelho
vermelho
cobre a nudez do amor,
ao relento, no vale.
Símbolos obscuros se multiplicam.
Guerra, verdade, flores?
Dos laboratórios platônicos mobilizados
vem um sopro que cresta as faces
e dissipa, na praia, as palavras.
A escuridão estende-se, mas não elimina
o sucedâneo da estrela nas mãos.
Certas partes de nós como brilham! São unhas,
anéis, pérolas, cigarros, lanternas,
são partes mais íntimas,

e pulsação, o ofego,
e o ar da noite é o estritamente necessário
para continuar, e continuamos.

III

E continuamos. É tempo de muletas.
Tempo de mortos faladores
e velhas paráliticas, nostálgicas de bailado,
mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam.
Conheço bem esta casa,
pela direita entra-se, pela esquerda sobe-se,
a sala grande conduz a quartos terríveis,
como o do enterro que não foi feito, do corpo esquecido na mesa,
conduz à copa de frutas ácidas,
ao claro jardim central, à água
que goteja e segreda
o incesto, a bênção, a partida,
conduz às celas fechadas, que contêm:
papéis?
crimes?
moedas?
Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiados urbano,
ó surdo-mudo, depositário de meus desfalecimentos, abre-te e conta,
moça presa na memória, velho aleijado, baratas dos arquivos, portas rangentes,
solidão e asco,
pessoas e coisas enigmáticas, contai;
capa de poeira dos pianos desmantelados, contai;
velhos selos do imperador, aparelhos de porcelana partidos, contai;
ossos na rua, fragmentos de jornal, colchetes no chão da
costureira, luto no braço, pombas, cães errantes, animais caçados, contai.
Tudo tão difícil depois que vos calastes...
E muitos de vós nunca se abriram.

IV

É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.
É tempo de cortinas pardas,
de céu neutro, política
na maçã, no santo, no gozo,
amor e desamor, cólera
branda, gim com água tônica,
olhos pintados,
dentes de vidro,
grotesca língua torcida.
A isso chamamos: balanço.
No beco,

apenas um muro,
sobre ele a polícia.
No céu da propaganda
aves anunciam
a glória.
No quarto,
irrisão e três colarinhos sujos.

V

Escuta a hora formidável do almoço
na cidade. Os escritórios, num passe, esvaziam-se.
As bocas sugam um rio de carne, legumes e tortas vitaminosas.
Salta depressa do mar a bandeja de peixes argênteos!
Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa,
olhos líquidos de cão através do vidro devoram teu osso.
Come, braço mecânico, alimenta-te, mão de papel, é tempo de comida,
mais tarde será o de amor.
Lentamente os escritórios se recuperam, e os negócios, forma indecisa, evoluem.
O esplêndido negócio insinua-se no tráfego.
Multidões que o cruzam não veem. É sem cor e sem cheiro.
Está dissimulado no bonde, por trás da brisa do sul,
vem na areia, no telefone, na batalha de aviões,
toma conta de tua alma e dela extrai uma porcentagem.
Escuta a hora expandongada da volta.
Homem depois de homem, mulher, criança, homem,
roupa, cigarro, chapéu, roupa, roupa, roupa,
homem, homem, mulher, homem, mulher, roupa, homem,
imaginam esperar qualquer coisa,
e se quedam mudos, escoam-se passo a passo, sentam-se,
últimos servos do negócio, imaginam voltar para casa,
já noite, entre muros apagados, numa suposta cidade, imaginam.
Escuta a pequena hora noturna de compensação, leituras, apelo ao cassino, passeio
na praia,
o corpo ao lado do corpo, afinal distendido,
com as calças despido o incômodo pensamento de escravo,
escuta o corpo ranger, enlaçar, refluir,
errar em objetos remotos e, sob eles soterrados sem dor,
confiar-se ao que bem me importa
do sono.
Escuta o horrível emprego do dia
em todos os países de fala humana,
a falsificação das palavras pingando nos jornais,
o mundo irreal dos cartórios onde a propriedade é um bolo com flores,
os bancos triturando suavemente o pescoço do açúcar,
a constelação das formigas e usurários,
a má poesia, o mau romance,
os frágeis que se entregam à proteção do basilisco,
o homem feio, de mortal feiura,
passeando de bote
num sinistro crepúsculo de sábado.

VI

Nos porões da família
 orquídeas e opções
 de compra e desquite.
 A gravidez elétrica
 já não traz delíquios.
 Crianças alérgicas
 trocam-se; reformam-se.
 Há uma implacável
 guerra às baratas.
 Contam-se histórias
 por correspondência.
 A mesa reúne
 um copo, uma faca,
 e a cama devora
 tua solidão.
 Salva-se a honra
 e a herança do gado.

VII

Ou não se salva, e é o mesmo. Há soluções, há bálsamos
 para cada hora e dor. Há fortes bálsamos,
 dores de classe, de sangrenta fúria
 e plácido rosto. E há mínimos
 bálsamos, recalcadas dores ignóbeis,
 lesões que nenhum governo autoriza,
 não obstante doem,
 melancolias insubornáveis,
 ira, reprovação, desgosto
 desse chapéu velho, da rua lodosa, do Estado.
 Há o pranto no teatro,
 no palco? no público? nas poltronas?
 há sobretudo o pranto no teatro,
 já tarde, já confuso,
 ele embacia as luzes, se engolfa no linóleo,
 vai minar nos armazéns, nos becos coloniais onde passeiam ratos noturnos,
 vai molhar, na roça madura, o milho ondulante,
 e secar ao sol, em poça amarga.
 E dentro do pranto minha face trocista,
 meu olho que ri e despreza,
 minha repugnância total por vosso lirismo deteriorado,
 que polui a essência mesma dos diamantes.

VIII

O poeta
declina de toda responsabilidade
na marcha do mundo capitalista
e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas
prometa ajudar
a destruí-lo
como uma pedreira, uma floresta
um verme.

Ouvir o Nosso Tempo
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as determinações do fluxo migratório Haiti-Brasil através da teoria marxista da dependência. A pesquisa de natureza sociológica foi realizada a partir da metodologia de revisão bibliográfica. O estudo é fundamentado nas obras de Ruy Mauro Marini, a partir da qual pudemos compreender a conformação da condição de dependência nos países da América Latina e Caribe e sobre a qual dedicamos um capítulo. Também trabalhamos a leitura da obra de Luís Felipe Magalhães, nosso principal arcabouço teórico sobre a migração haitiana. Dá-se ênfase ao subimperialismo como força geradora de um fluxo particular e singular ao mesmo tempo e, para tanto, faz-se uma reflexão sobre em que medida e quais seriam as formas de o subimperialismo brasileiro impulsionar a criação deste fluxo que falamos.

Palavras chave: Subimperialismo; Dependência e Migração haitiana.

ABSTRACT

This work aims to understand the determinations of the Haiti-Brazil migratory flow through the Marxist theory of dependence. The research of a sociological nature was carried out using the bibliographic review methodology. The study is fundamental in the works of Ruy Mauro Marini, from which we were able to understand the conformation of the condition of dependence in the countries of Latin America and the Caribbean and on which we dedicate a chapter. We also worked on reading the work of Luís Felipe Magalhães, our main theoretical framework on Haitian migration. Emphasis is placed on sub-imperialism as a force that generates a particular and singular flow at the same time and, for this purpose, a reflection is made on the extent to which and what would be the ways in which Brazilian sub-imperialism would stimulate the creation of this flow that we speak about.

Keywords: Sub-imperialism; Dependence and Haitian Migration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO...	13
CAPÍTULO 1 - A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA	15
1.1-Da Divisão internacional do trabalho ao <i>capitalismo sui generis</i>	17
1.2-Categorias marxistas para a compreensão da relação capital-trabalho.....	19
1.3-A superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação	23
1.4-Superpopulação Relativa e migração	25
CAPÍTULO 2: ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	29
2.1. A perspectiva dos deslocamentos.....	30
2.2. Assimilacionismo e etnicidade	32
2.3. Imigração e Emigração, transnacionalismo de pessoas, símbolos e capitais... ..	33
2.4. Mobilidades, deslocamentos e violência.....	34
CAPÍTULO 3: A MIGRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA	37
3.1-O Subimperialismo Brasileiro	37
3.2-Migração haitiana: A migração da Dependência.....	42
3.3-O Haiti no Brasil - população haitiana em território brasileiro	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O ato de migrar, como tal, atravessa toda a história da humanidade. Há inúmeros registros arqueológicos que nos contam sobre a movimentação do homem no espaço desde os tempos mais remotos. Entretanto, no decorrer do tempo esse movimento adquiriu formas e condições distintas, muitas vezes promissoras, necessárias, noutras tantas, conflituosas e árduas. Assim, mesmo que esse movimento seja uma constante na história humana, o estabelecimento do Estado-Nação foi e ainda é um marco importante na história e nos processos migratórios, onde se é institucionalizada a migração, como um movimento controlado agora pelo Estado a depender dos interesses de uma época.

O nosso objetivo aqui não será o de adentrar na importância do estabelecimento do Estado Nação, propriamente dito, para a compreensão dos fluxos migratórios, mas ele é, sem dúvidas, um eixo importante da discussão para as teorias migratórias, pois do Estado se desdobram políticas e formas de conter ou incentivar um determinado tipo de fluxo, assim como, se manifesta através dele, toda a lógica de um modo de produção. Há diversas literaturas¹, que tratam mais profundamente sobre o papel do Estado na conformação dos fluxos migratórios para o Brasil no século XX, para fins deste trabalho, vamos nos ater às literaturas, que compreendem o Estado na perspectiva de agente do modo de produção capitalista.

Iremos observar a migração, portanto, como fenômeno e processo em transformação, que precisa ser frequentemente observado (por sua mutabilidade no tempo e no espaço), em consonância com as grandes mudanças estruturais de uma época social e histórica específica. Assim, “embora nos remeta, portanto, a processos civilizatórios de longa data, podemos identificar, sob o capitalismo, um tipo particular de processo migratório e, mais concretamente, de especificidades assumidas pelas migrações na atual conjuntura deste modo de produção.” (MAGALHÃES, 2011, p. 2).

Partindo desta questão fundamental, ou seja, a de que o processo migratório assume contornos singulares devido a conformação econômica engendrada pelo modo de produção capitalista, é, pois, indissociável pensar este fenômeno à luz das teorias que assumiram o compromisso de compreender e desvelar os efeitos da força sobre

¹ Ver Seyferth (1996, 2000, 2004 e 2008), Machado e Silva (2014).

humana que incorre o capitalismo sobre as relações sociais. Esse é o pressuposto de nosso trabalho.

Há que se ter em conta, ainda, que o modo de produção capitalista cria movimentos particulares e singulares, expressos nos fluxos migratórios. Neste sentido, iremos analisar um fluxo migratório específico, quer seja, de haitianos para o Brasil, como uma manifestação particular do modo de produção capitalista e singular, na medida em que possui características próprias, evidenciadas pela dinâmica cultural, pelos processos históricos e políticos de cada povo. Ainda, este fluxo é observado desde o resultado de processos sociais, econômicos e políticos, que conformam o subimperialismo, sendo este fundamental na compreensão disso que chamamos de uma dinâmica particular e singular ao mesmo tempo.

O subimperialismo como etapa e processo é compreendido aqui, através de uma leitura da obra de Ruy Mauro Marini, que nos conta sobre a conformação da condição de dependência dos países latino americanos. Não há maneira de falar de subimperialismo, sem falar de capitalismo dependente e é assim que vamos construindo o caminho teórico e metodológico do nosso trabalho.

No capítulo um abordamos a formação do capitalismo dependente, não como fragmento de um capitalismo maior, mas como parte necessária à existência do capitalismo em sua totalidade. No capítulo dois, assinalamos outras interpretações dos fluxos migratórios, tratando de fazer um diálogo com pontos citados no decorrer do nosso trabalho, levantando as similitudes e diferenças nas abordagens do campo das teorias migratórias, com destaque para os estudos sobre imigrantes haitianos no Brasil. Por fim, no capítulo três, abordamos o subimperialismo brasileiro, apontando suas determinações e a medida de sua força sobre o fluxo migratório Haiti-Brasil, passando pela migração haitiana como uma migração particular de um contexto de dependência e por fim, olhando para as condições em que se efetivam esse projeto migratório.

CAPÍTULO 1: A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA²

Em primeiro lugar é importante que tenhamos em conta que, para que possamos compreender a condição de dependência, faz-se fundamental retomar o processo histórico de consolidação dessa condição, sendo, portanto, necessário refletir a partir das literaturas consultadas e aqui trabalhamos com a teoria marxista da dependência, sobre as relações de produção entre os países de capitalismo periférico e países de capitalismo central. Por país de capitalismo periférico entendemos o país cuja dependência do capital externo faz-se fundamental para financiar suas contas correntes, ou seja, há uma forte fragilidade econômica também porque há pouca capacidade de resiliência frente a choques globais (políticos e econômicos). Uma outra característica é a alta concentração de renda e riqueza. (CARCANHOLO, 2008).

Ao abordar essas relações produtivas, partiremos do princípio de que o capitalismo na América Latina possui suas próprias características (MARINI, 1974), que coincidem não por acaso, com sua formação histórica e com o papel desempenhado por cada país no sistema mundial. Assim mesmo, ao pensar o desenvolvimento capitalista no Brasil, estaremos compreendendo suas características não como “acidentes históricos”, que podem ser superados através do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, como fizeram Faletto e Cardoso (1974), mas através de suas características ou determinações próprias, do tipo de capitalismo que se configurou aqui.

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 1974, p. 2).

Nessa perspectiva, a condição brasileira e mais profundamente, latino-americana, dentro do sistema capitalista é entendida por Marini (1974) como dependente, não por ausência de desenvolvimento capitalista, mas justamente pela forma como esse se desenvolveu e pelo papel que ocuparam os países desse continente ao longo da história. A condição de dependência só seria então superada, através da superação do atual modo de produção capitalista, uma vez que, o desenvolvimento dentro deste sistema estará sempre fomentando a dependência nos países periféricos.

² Este título faz menção a obra de Ruy Mauro Marini (1977)

Importante também considerar que as teorias sobre o desenvolvimento capitalista são um campo de disputa e a teoria da dependência desenvolvida por Marini nos permite compreender, através de um pensamento marxista latino americano, a superação dessa condição e por isso mesmo, o termo subdesenvolvimento tal como abordado por algumas correntes cepalinas, por exemplo, é rejeitado. Uma vez que, não se trata de ausência de capitalismo no continente e sim, de pensar que o desenvolvimento capitalista, nos coloque nos coloca ainda hoje, numa condição dependente, o que reflete não somente nossa condição econômica, mas a capacidade que temos de auto organização numa escala mais macro, de pensar políticas públicas centradas nas nossas particularidades e que procurem desenvolver o território no seu sentido mais amplo. Importante considerar, que a teoria da dependência cunhada por Marini se constroi a partir de uma crítica direta a teoria cepalina, entretanto, há muitas continuidades entre ambas, sobretudo, entre a obra de Marini e Raúl Prebisch.

É assim que Marini (1974) realiza um empreendimento teórico com a finalidade de compreender, dentre outras coisas, a dinâmica da participação do Brasil e da América Latina como um todo, na constituição do capitalismo global. Apesar de não citar Fernandes (2006), sua análise parece coincidir com a tese de que o Brasil foi um país capitalista antes de ser um Estado-Nação soberano, por assim dizer, na medida em que, fomentou desde o período colonial a criação do capitalismo nascente na Europa nos séculos XVII e XVIII.

Estamos falando de uma participação na conformação do modo de produção capitalista, que se deu num primeiro momento como a garantia da circulação de maior número de mercadorias e expansão das formas de pagamento, que contribuíram com o desenvolvimento do capital bancário e comercial europeus e ainda, propiciando o caminho para criação da grande indústria, sustentando o sistema de manufaturas (Marini, 1974).

Neste sentido, neste capítulo, iremos percorrer o caminho proposto por Marini (1974) para compreender a gestação da condição de dependência e seus desdobramentos para a periferia e para o centro. Para tanto, abordaremos no tópico 1.1 a divisão internacional do trabalho, fator determinante na separação dos papéis e condições quando no desenvolvimento do capitalismo global; no tópico 1.2 demonstraremos as categorias marxistas que desvelam a relação capital-trabalho; no

tópico 1.3 refletiremos sobre a superexploração da força de trabalho, expressão da condição de dependência e por fim, no tópico 1.4 a constituição da superpopulação relativa, já abordada por Marx em *O Capital* e que termina por determinar significativamente os movimentos migratórios.

1.1 Da Divisão internacional do trabalho ao *capitalismo sui generis*

Ao passo que o capitalismo internacional se configurava e a grande indústria se desenvolvia, a América Latina viveu processos de independência, ora operados através de significativos levantes populares, ora pelas próprias elites nacionais, como no caso do Brasil. Não é nosso intuito, pois, abordar profundamente os processos de independência ocorridos no século XIX na América Latina, mas chamar a atenção para o fato, de que a partir da Independência há uma reconfiguração dos pactos econômicos.

O que se forja no pós-independência na América Latina, é assim, um conjunto de países, que passam a se articular em torno da Inglaterra, através da exportação de bens primários e da importação de manufaturas. Podemos observar isso na seguinte passagem:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência. (Marini, 1974, p. 4).

A dependência é abordada por Marini (1974) como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde no seio dessa relação há uma constante reprodução das condições que forjam a dependência, sendo, portanto, necessário, que se alterem as relações de produção para que a condição de dependência seja suprimida. Marini (1974) ao remontar o contexto em que a dependência se forja, confere grande importância ao estabelecimento da divisão internacional do trabalho e procura traçar alguma linearidade entre a colonização na América Latina e o que hoje podemos conceber como dependência.

No entanto, apesar de o autor ter a cautela de realizar um trabalho bastante didático, a conta da dependência é mais complexa e, por isso mesmo Marini aponta, que a condição colonial, não é exatamente a mesma da condição de dependência, dizendo: “Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, elas não são homogêneas”. Marini (1974, p.4). Dizendo isso, o autor nos conta que, as relações que se forjaram no contexto colonial se configuram como relações de extrema importância para compreendermos a condição atual de dependência, no entanto, a condição de dependência não se iguala à

da colonialidade. Assim: “a dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade.” (Marini,1974, p.4).

Tratando de precisar os períodos históricos e os processos que operaram a atual condição de dependência Marini (1974) aponta ainda, que o mercado criado em torno dos metais preciosos expropriados da América Latina nos séculos XVI, XVII e, sobretudo, no século XVIII, fornecem as condições necessárias para a consolidação das economias capitalistas nos países centrais. A partir do século XIX, como já citamos acima, essas relações internacionais começam a funcionar plenamente, aliados ao desenvolvimento do mercado manufatureiro inglês. Este período coincide com a implementação da indústria moderna europeia e ainda, com o incremento da classe operária industrial e da população urbana (Marini ,1974).

De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. (Marini 1974, p.5)

Importante ressaltar que, apesar de o autor não abordar isso profundamente, o intercâmbio que acontece entre América Latina e os países de capitalismo central, não é meramente um intercâmbio de mercadorias, senão que, um intercâmbio de trabalhos específicos, com valores de uso específicos (Marx, 2011). Ou seja, é partir deste intercâmbio de trabalho em sua forma pura, que o desenvolvimento das forças produtivas na Europa é operado, sendo fortemente impulsionado, necessariamente, pelo fornecimento dos meios de subsistência de origem agropecuária pela América Latina. (Marini, 1974). Assim:

Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. (Marini, 1974, p.5).

Neste sentido, estamos pensando a divisão internacional sob duas chaves principais de análise: a primeira é a que a América Latina forjou o desenvolvimento do trabalho especializado na Europa, se encarregando da produção de alimentos, a segunda

é a natureza do trabalho que se realiza nos países de capitalismo central e nos países de capitalismo periférico.

Entendemos essas chaves não de maneira separada, mas como complementares, uma como processo -operado- e outra como manifestação mesma, do capitalismo que se desenvolve em cada território, ou seja, a natureza do trabalho que se realiza lá e cá. É a partir destas chaves de análise que poderemos compreender o papel desempenhado pela América Latina no desenvolvimento capitalista nos países centrais, que segundo Marini (1974) se baseia na *mais valia relativa*.

1.2 Categorias marxistas para a compreensão da relação capital-trabalho

Neste capítulo estamos desenvolvendo nossa argumentação tentando ser o mais fiel possível ao caminho proposto por Marini (1974) por entendermos, que o autor constrói uma sequência argumentativa, que favorece a compreensão de quem lê. Sendo assim, como pretendemos tratar no tópico 1.3 da superexploração da força de trabalho, é fundamental retomar as categorias de *mais valia relativa* e *mais valia absoluta*, (também chamado aqui neste texto de *mais valor relativo* e *absoluto*, ou simplesmente de *mais valor*), uma vez que, que quando falarmos de superexploração estaremos a todo momento recorrendo a elas. Para tratarmos então dessas categorias recorreremos a Marx (2011) e ao trabalho de Marini, já citado.

Em Marx (2011) a *mais valia relativa* aparece, sobretudo, como as formas de incremento da produção, que propiciam maior produtividade. No entanto, esse aumento da produtividade não incide necessariamente, no aumento do lucro sobre cada mercadoria produzida, e é por isso, que o capitalista irá buscar sempre formas de incremento de lucro, ou seja, de *mais valor*. Então se o aumento da produtividade não altera os valores da mercadoria, ou seja, não altera a substância do lucro por mercadoria vendida, o *mais valor* irá reincidir, sobretudo, no valor da força de trabalho.

Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de *mais valia* não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz *mais valia*) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de *mais valia*. (Marini, 1974, p.6).

Portanto, o que Marx (2011) está nos dizendo é que o incremento da produtividade em última instância irá incidir sobre a quantidade de trabalho excedente que o trabalhador agora realiza, uma vez que o tempo de trabalho necessário que é

gasto para produzir uma determinada mercadoria diminui. Marini (1974) focalizando na economia dependente, diz que ao incrementar a produtividade do trabalho o preço das mercadorias cai, porque o tempo de produção se reduz e, neste sentido, a intensidade do trabalho aumenta, porque há maior produtividade.

Um exemplo desse movimento seria pensarmos na produção de uma mesa. Suponhamos que um trabalhador gasta 5 horas para produzir uma mesa e que haja um incremento na produção, que permita produzir a mesma mesa em três horas (aqui não falamos necessariamente de máquinas, porque não são a única forma de incremento da produção, ou seja, de aumentar a intensidade do trabalho). Assim, o trabalhador continuará recebendo pelo total de horas trabalhadas, falando de maneira genérica, mas o tempo de trabalho necessário para a produção da mesa se reduz. No entanto, ele não receberá pelas horas que trabalhou a mais, mas haverá aqui uma apropriação deste trabalho excedente pelo capitalista.

É importante ressaltar, que o que estamos chamando aqui de “incremento na/da produção” e que incidirá na apropriação de tempo excedente de trabalho por parte do capitalista é apenas uma das formas de apropriação do trabalho existentes, a chamaremos de uma forma particular desse movimento de apropriação, mas que, não exclui outras formas e podemos dizer ainda, que em muitos momentos essas formas se combinam e dão origem a outras. Nosso trabalho aqui, no entanto, será de pensar como esse movimento se manifesta nas economias dependentes, assim, abordamos a *mais-valia relativa* e falaremos adiante da *mais-valia absoluta*.

Dito isso, cabe não somente entender os procedimentos envolvidos na extração de *mais-valor* relativo, mas, igualmente, conhecer os efeitos disso no âmbito das trocas para a América Latina. Neste sentido, Marini (1974) nos conta que a oferta de alimentos no período de expansão capitalista foi importante não somente porque permitiu a especialização do trabalho e o *boom* industrial nas economias centrais, mas possibilitou a existência de um mecanismo que transfere valores das economias menos produtivas (periféricas) para as mais produtivas (centrais). Este mecanismo se dá no plano das trocas internacionais onde as mercadorias não são vendidas por seus valores, senão por seus preços de produção.

O que ocorre no nível das trocas é que, mediante a oferta de alimentos pela América Latina, os países centrais delegam suas necessidades de subsistência para a periferia e, sendo assim, deixam de preocupar-se com um elemento central para a reprodução da força de trabalho humana. Embora estejamos aqui tratando de elementos

bastante palpáveis, o entendimento dessa questão se dá num plano abstrato e o objetivo não é tratar a teoria como uma expressão do que acontece no mundo material, mas de que a teoria em sua abstração nos auxilie, conferindo maiores determinações aos processos que acontecem no nível mais fundamental das trocas.

Assim, no momento em que há esse deslocamento das necessidades de reprodução, pensemos, há também uma redução do tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho nos países centrais, pois no nível da produção eles já não têm que se preocupar com os meios de subsistência, que serão saciados no espaço das trocas internacionais. É assim, pois, que para Marini (1974) acontece uma desvalorização real da força de trabalho nos países centrais, pois a oferta de alimentos é aqui entendida como incremento na produção nesses países propiciada pela América Latina.

Neste sentido, a América Latina ao fornecer alimentos e sanar uma demanda por subsistência está contribuindo para o aumento da produção de *mais-valor relativo* nos países centrais. Note-se que estamos transitando entre produção e troca e que, muito embora, Marini (1974) trabalhe essas questões no nível da produção, ela acontece também no nível das trocas.

Marini (1974) segue demonstrando, no decorrer de sua obra, que a Lei da oferta e da procura, embora elucide no nível fenomênico algumas questões relacionadas à produção, ela não dará conta de compreender o espaço das trocas na sua totalidade. Assim, nos diz:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. (Marini, 1974, p. 9)

O ponto a que chegamos com essa citação é o de que existe algo, que deteriora as condições de troca num sentido desfavorável às economias periféricas, que apesar de ter no período de expansão quantitativa do capitalismo um tímido, embora considerável aumento na produtividade, vive concomitantemente a isso uma queda do preço de suas mercadorias. A pergunta que o autor faz é: por que não houve então um desestímulo para a América Latina se incorporar à economia internacional?

O mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias

a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (Marini, 1974, p. 10).

Então estamos demonstrando que o preço das mercadorias no nível das trocas tem seu valor iludido sempre em sentido favorável às economias mais produtivas (centrais), sendo que as economias menos produtivas (periféricas) são forçadas a produzir em grande escala para compensar essa deterioração. Neste sentido, não há mecanismos suficientemente eficientes para extinguir a deterioração, mas apenas compensá-la dentro do mesmo modo de produção. Fato é que este mecanismo de compensação irá se traduzir sempre num estímulo à produção de mais quantidade de *valor*, já que, parte do valor que é produzido é também “cedido” às economias centrais. Há então, na esfera das trocas, um mecanismo de *transferência de valor*, desde as economias menos produtivas às mais produtivas.

Assim, quanto menor seja a capacidade produtiva maior *mais-valor* será produzido e quanto mais produtivo seja, menor *mais-valor* será produzido. Entretanto, este movimento de compensação, ou seja, de produção de maior quantidade de valor é necessariamente produção de *mais valias*, seja ela relativa, absoluta ou as duas.

(...)no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma *mais valia* que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de *mais valia*, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de *mais valia* e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de *mais valia* e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna (Marini, 1974, p. 11).

Assim, vamos chegando à compreensão do que teria impulsionado essas formas de transferência de *mais valor* das economias periféricas para as centrais. Estamos então as chamando no nível da produção, de *mais valia relativa* e agora sim, de *mais valia absoluta* ou *mais valor relativo* e *mais valor absoluto*. Por *mais valia relativa* entendemos sob a lente das literaturas todas as formas de incremento na produção, que propiciam maior produtividade, mas não necessariamente aumenta o valor da força de trabalho, mesmo que essa sob esses incrementos tenha maior capacidade de produção. Não incrementando no valor da força de trabalho, esta, estará gerando uma maior quantidade de valor para o capitalista.

Pois bem, a *mais valia absoluta* ou *mais valor absoluto* resgatando a Marx (2011), seria básica e genericamente expressa no aumento do tempo de trabalho

excedente ou no aumento da jornada de trabalho. Esse aumento do tempo de trabalho, também não viria acompanhado da valorização da força de trabalho. Ela produziria mais, uma vez que, o tempo de trabalho aumentou, produzindo, portanto, maior quantidade de valor e ainda cedendo parte do que deveria ser pago a ela, para compor o valor a ser entregue ao capitalista. Importante ter em conta que essas categorias ao refletir no nível essencial da relação entre capital-trabalho, nos dão muitos indícios já *à priori*, das condições dessa força de trabalho de que falamos, nos países centrais e periféricos. No próximo tópico iremos resgatar essas categorias, mas buscando pensar os efeitos da relação trabalho-capital para as economias dependentes ou periféricas.

1.3 A superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação

É importante que tenhamos em conta, que toda a literatura está demonstrando que as formas de extração de valor, quer seja, a *mais valia relativa* ou *absoluta*, não acontecem de forma isolada, uma ou outra, elas podem se combinar e se revezar e eventualmente gerar outras formas de extração de valor.

Entretanto, a condição da economia dependente no plano das trocas a colocará sempre na posição de alimentar mecanismos de compensação da perda de valor que acontece. Assim como aponta Marini (1974) não é necessário que haja uma condição de troca desigual para que esses mecanismos de extração de valor comecem a operar, mas a dinâmica do mercado internacional, intensificará estes mecanismos, sempre na direção de reforçar a necessidade da existência deles na periferia. Sendo assim, o autor identifica outro procedimento, que consiste em “reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal”, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (Ibidem, 1974). Neste sentido, aponta:

(...)os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. (Marini, 1974, p. 12).

Assim, identificamos a partir dessa digressão minuciosa feita por Marini, que a economia Latino Americana possui uma dinâmica na produção, que lhe é própria, ou melhor, que as condições materiais lhe permitiram desenvolver. Essa dinâmica a qual nos referimos é assentada sob a necessidade de aumentar a capacidade produtiva do trabalho

nos países centrais, implicando em uma superexploração da força de trabalho, ilustrada aqui (Ibidem, 1974), como sendo um mecanismo de extração de valor, que faz aumentar o tempo de trabalho excedente ou na combinação dos três mecanismos de extração de valor já mencionados.

Assim, é a posição da América Latina enquanto economia dependente, que a faz reagir buscando mecanismos de compensação, que se traduzem em uma constante e profunda superexploração da força de trabalho neste território. E aí entramos num ponto nevrálgico, que é a resposta da economia dependente à sua colocação no espaço das trocas internacionais. Essa resposta se expressa no nível da produção interna, como uma outra forma de extração de valor, que não o aumento da intensidade do trabalho, expresso na *mais valia relativa*, mas no aumento do tempo de trabalho excedente, expresso na *mais valia absoluta*. Neste sentido, a extração de *mais valia absoluta* está diretamente relacionada com o desenvolvimento das economias dependentes, como um mecanismo de compensação da perda de valor, que já acontece a priori.

Uma metáfora possível seria a de que a economia dependente é um balde furado, que tem que ser enchido constantemente para que haja uma compensação do que se perde de água (valor) devido ao furo no balde (transferência de valor pro centro). Mas o balde não se enche sozinho e na nossa metáfora a água se traduz no valor gerado pelo trabalho, que é exercido pela classe trabalhadora e que na medida do humanamente insuportável tem que doar parte do seu tempo de vida para que o balde não fique vazio. No entanto, classe trabalhadora nunca bebe dessa água, por mais que lhe pertença, já que foi ela quem produziu.

Assim faz-se necessário entender o ciclo que percorre o capital na América Latina. O desenvolvimento do capital nos países centrais conecta dois momentos: a produção e a circulação de mercadorias, onde a plena circulação depende do consumo individual. O que ocorre é que nas economias centrais o aumento do *mais-valor relativo* permite o barateamento dos bens que se configuram como necessários para a reprodução do trabalhador, os quais serão consumidos na medida em que haja uma mediação pela fixação dos salários, solucionando assim a oposição entre os dois momentos do ciclo do capital, a saber, produção e circulação.

Entretanto, na economia dependente o ciclo do capital toma outra forma:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de *mais valia*. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a

força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (Marini, 1974, p. 17).

É então, que chegamos ao objeto principal do nosso trabalho, quer seja, a relação entre migração e a reprodução das relações capitalistas na economia dependente. Tendo como pressuposto, que a migração, fenômeno e processo, nos permite apreender e compreender elementos das relações capitalistas, tanto entre os países de capitalismo central e os países de capitalismo periférico, quanto entre as mesmas periferias, e se quiser, dentro dos limites de um Estado-Nação. Neste sentido, abordaremos a migração como unidade empírica e dialética.

1.4 Superpopulação Relativa e migração

Segundo Marx: “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Marx; 2011, p.857).”

Isso acontece porque, ainda segundo Marx (2011), os países mais produtivos, investem em capital constante (representado por máquinas, tecnologia, matérias primas, etc...) e não em capital variável (representado pelo investimento do capital na força de trabalho) e, assim sendo, haverá sempre uma grande fatia, que não será incorporada diretamente no processo de produção. O movimento é descrito por Marx (2011) mais ou menos assim: as economias centrais ao investirem mais em capital constante são, necessariamente mais produtivas e, portanto, conseguem absorver maior força de trabalho, já que o trabalho é quem produz valor. Em contrapartida, as economias periféricas, como investem menos em capital constante, são obrigadas a investir mais em capital variável, para produzir. Entretanto, isso não necessariamente significa maior absorção da força de trabalho, uma vez que, como vimos anteriormente, a força de trabalho na periferia é superexplorada, isso significa dizer, que ela produz mais a um valor (salário) menor e num tempo muito superior.

Marx (2011) nos diz ainda, que há um movimento fundamental, que dá a luz, por assim dizer, a essa superpopulação relativa, quer seja, o movimento de contração e expansão das economias centrais. Assim: “as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, converteu-se num dos mais enérgicos

agentes de sua reprodução” (Marx; 2011, p.859). Neste sentido, o que Marx (2011) demonstra é que há um movimento “natural” do modo de produção capitalista de expansão e contração e que na medida em que acontece, mais ou menos força de trabalho será incorporada no processo de produção.

Como estamos tratando de fazer uma análise a partir da literatura marxista, é imprescindível recordar, que as questões que estamos tratando aqui, estão muito menos num nível empírico e muito mais em um nível abstrato, que de muitas formas, se manifesta no mundo material, mas só poderá ser compreendida em sua totalidade, abstratamente. Dito isso, uma questão que se coloca quando pensamos o espaço das trocas internacionais no capitalismo, é que a América Latina, ao participar numa posição periférica da apropriação de riquezas produzidas, conformará na totalidade essa superpopulação relativa para o capital, na medida em que, essa força de trabalho periférica estará sempre disponível para ser incorporada em quaisquer que sejam as condições, prontas a prover a necessidade de produção de valor que será apropriada pelas economias centrais. Assim:

Se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. (Marx; 2011, p.858).

Assim, uma vez que, essa superpopulação relativa existe e existe dentro do ordenamento do capital, necessitando, pois, das condições de reprodução dela mesma, irá buscar essas condições, de acordo com as possibilidades materiais disponíveis. Desta forma, a migração é tomada aqui como uma tentativa de assegurar a reprodução dessa força de trabalho e, não por acaso, estamos pensando a migração de uma perspectiva latino americana. Portanto, uma das perguntas que nos fizemos para desenvolver esse trabalho é em que medida a migração periferia centro, é condição essencial para a acumulação capitalista, já que estamos pensando nessa força de trabalho específica, a migrante, como parte desse contingente populacional, que conforma a superpopulação relativa.

Assim, trazemos alguns estudos, que parecem corroborar nossa hipótese. Segundo dados da OCDE (2013) a fuga de cérebros ou *brain drain* é um quadro grave em países em vias de desenvolvimento, como aqueles pertencentes à América Latina e Caribe e África.

Em 2010, praticamente 90% dos indivíduos altamente qualificados nascidos na Guiana viviam em países da OCDE. Da mesma forma, mais indivíduos com nível superior viviam fora de Barbados, Haiti e Trinidad e Tobago do que nos próprios países de origem.(...)Em contrapartida, a maioria dos países da OCDE assim como países com populações muito numerosas, tais como Brasil, China, Índia e Federação Russa, têm baixas taxas de emigração de indivíduos altamente qualificados (abaixo de 3,5%).(...)Para praticamente todos os países de origem, a taxa de emigração de indivíduos altamente instruídos supera a taxa de emigração total, o que reflete a seletividade da migração em função do nível de instrução. (Em alguns países, é vinte vezes maior, como o caso da Namíbia. (OCDE 2013; p.4).

Um dado complementar (mas não menos importante) a esse é sobre os refugiados, que representam apenas 7% do total de migrantes internacionais, o que equivale a uma fatia de 15,7 milhões. (OCDE, 2013). Neste sentido, podemos supor, que há uma relação intrínseca entre a natureza da migração e sua adaptação e absorção à nova realidade, assim como, ao mercado de trabalho do país destino. O fato de haver alguma seletividade dos migrantes por sua qualificação, nos mostra ainda, que a migração é aceita na medida em que, tem algo objetivo a oferecer aos países destino, que pode ser lido como uma prestação de um serviço qualificado.

Neste sentido, salientamos a relação essencial dos movimentos migratórios com a constituição de uma dinâmica capitalista internacional e ainda, do não aproveitamento dessa força de trabalho nos seus países de origem, conformando assim, como parte da superpopulação relativa já mencionada. Outro ponto importante de salientar é que essa força de trabalho tem uma origem muito bem definida, racializada e generificada e não é ilustrada somente na mão de obra migrante, mas também nos dados de desemprego de cada país. Assim, uma outra pesquisa que vise relacionar desemprego regional e migração poderia nos fornecer ferramentas para uma reflexão mais concreta acerca das necessidades e estratégias de sobrevivência dessa superpopulação relativa.

Segundo dados da OCDE, os migrantes foram responsáveis por 47% do crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e 70% na Europa entre 2002 e 2012 (Migration Policy Debates; OECD, May 2014). Neste sentido, é fundamental que olhemos pra esses dados com a compreensão de que há na migração um fator econômico sobre o qual Marx já nos alertava, quer seja, a produção operada pelo capital de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, pronto a substituir uma força de trabalho anterior ou mesmo, fazê-la crescer, ainda que (ou necessariamente?) em condições precárias. Olhar para esses dados nos permite ver uma parcela ainda que pequena, de como o movimento migratório é absorvido no processo produtivo do capital,

e é pequena porque, são dados das migrações legais, que não são a única via desses movimentos.

Há no mundo aproximadamente 190 milhões de pessoas vivendo fora dos países onde nasceram (OCDE, 2009), cerca de 3% da população mundial, o que pode parecer pouco, no entanto, se levarmos em conta que estão distribuídas mais ou menos nos mesmos destinos, isso nos leva a crer que há em alguns lugares uma grande expressão populacional de migrantes: “na zona da OCDE, representam mais de 23% da população na Austrália e Suíça”, por exemplo. (OCDE, 2009; p. 2). Há aqui um indício de um movimento ordenado dos movimentos migratórios que não se referem aos refugiados, que pode tanto demonstrar as necessidades latentes de migração por parte dos migrantes quanto dos próprios países de destino de incorporação de uma força de trabalho que irá trabalhar em condições específicas.

Ainda segundo o relatório (OCDE, 2009) a migração internacional suscita muitos debates. Muitas vezes esse tema é um terreno árido, por apresentar muitas divergências, no entanto, o próprio relatório assume o lugar da migração na promoção do empreendedorismo, da movimentação da economia e mesmo das “ideias frescas” para os países de destino. Neste sentido, a migração é tanto vista como fator importante de desenvolvimento, que a crise econômica e o contingente migratório -legal- nos conta do impacto desta crise na absorção da força de trabalho migrante nos países destino e mesmo, do incentivo para que ela se consolide.

Os trabalhadores migrantes foram gravemente atingidos pela crise econômica. Em 2010/11, havia na OCDE 7,1 milhões de trabalhadores desempregados nascidos no exterior com 15 anos ou mais, o que corresponde a uma taxa média de desemprego de 11,6%. Migrantes provenientes da África observaram um aumento de 4,3 pontos percentuais da taxa de desemprego nos últimos cinco anos, atingindo 20% em 2010/11. O crescimento também foi considerável para os migrantes latino-americanos (+3,4 pontos percentuais) embora a taxa de desemprego para essa categoria tenha permanecido abaixo dos 12%. (OCDE, 2013; p. 3).

As teorias migratórias, principalmente as etnografias, nos contam uma série de motivos para as migrações, como por exemplo, os projetos familiares, a ocupação de empregos temporários que garantem a sobrevivência da família no país de origem, a contemplação de um projeto de vivência na juventude, as migrações por conflitos, por motivos de saúde, etc... Entretanto, ainda que essas migrações tenham causas particulares próprias, elas podem ser observadas dentro de algumas premissas e, neste caso, abordamos a premissa das relações capitalistas, partindo do pressuposto, de que não há maneira de observar esses movimentos fora do ordenamento do capital, pois é

nele que vivemos, em escala mundial. É assim, que os dados que trazemos aparecem não como uma expressão pura e simples das teorias trabalhadas, mas como uma chave de compreensão e visualização da realidade material que vivemos. A teoria, neste caso, nos ajuda a compreender essa realidade expressa nos dados num nível muito mais profundo.

Até aqui, procuramos demonstrar como essa conexão entre o Sul Global, mais especificamente entre a América Latina e o Norte Global, deu-se em termos econômicos a partir de uma relação deteriorada de trocas, importante de dizer, de trabalhos. E se apontarmos, por exemplo, às perdas humanas e culturais para os povos das periferias, a conta histórica seria imensurável. É assim, pois, que a migração como fenômeno nos permite pensar essa conexão nos dias atuais, não somente cultural, mas, sobretudo, econômica. Se estamos inseridos em um sistema de alcance mundial, o resultado de uma política econômica, resultará em consequências para todos os povos, ainda que de um território longínquo do epicentro da política.

A chamada crise migratória de 2015 nos permite pensar nessa conexão da qual falamos entre o Sul Global e os países centrais. As mazelas sociais vivenciadas por esses países de onde se originam os migrantes chegam aos países centrais através de pedidos de visto de trabalho, de asilo e refúgio político e muitas vezes invisivelmente chegam pelo mediterrâneo ou pelas fronteiras terrestres como pedidos desesperados de socorro, de algo que lhes possibilite as condições mais básicas. Infelizmente, muitas vezes os pedidos nem sequer chegam a consolidar-se, caem no chão junto com os corpos dos migrantes mortos na travessia. A migração nos permite assim, rastrear os movimentos próprios do capital, é, pois, um fenômeno que nos mostra o quanto as crises humanas, geradas pelo próprio capital, são reaproveitadas como insumos para a sua reprodução.

CAPÍTULO 2: OUTRAS ABORDAGENS SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

No presente capítulo, trataremos de demonstrar algumas abordagens possíveis dos processos migratórios. O intuito deste capítulo é o de mostrar que apesar da escolha epistemológica que fizemos, a temática das migrações tem uma grande amplitude de abordagens metodológicas. Por outro lado, para o caso da migração haitiana em específico, embora se tenha uma significativa literatura a respeito, o enfoque tem sido mais nas redes e no próprio incentivo concedido pelo Estado-nação haitiano para que

parte de sua população venha a emigrar. De modo geral, os trabalhos não assinalam para questões ligadas à dependência ou, ainda, ao subimperialismo brasileiro, se considerarmos os fatores que produziram e têm produzido esses fluxos que, de alguma forma, passam pelo Brasil. Isso fica ainda mais evidente quando se trata da imigração haitiana para o Brasil. Para realizarmos esse empreendimento teórico utilizaremos, sobretudo, textos de Seyferth (1987), Feldman-Bianco (2000, 2002) e Bianco, Sanjurjo e Silva (2020), que configuram como produções bibliográficas sobre migração na antropologia brasileira.

Um artigo publicado recentemente por Bianco, Sanjurjo e Silva (2020) realiza um recorte temporal quando na identificação de que é na década de 1940, que escritos sobre imigração e emigração são publicados no âmbito da institucionalização das Ciências Sociais. Os estudos publicados nessa época versavam, sobretudo, a respeito dos processos de assimilação dos imigrantes, que chegavam ao Brasil, ainda, sobre a migração no sul e sudeste, centrando as pesquisas nas categorias de *imigração e imigrante*. Essa tendência permanece até o final da década de 1980. Em 1970 a Antropologia começa a adotar o uso das categorias grupo *étnico*, *etnicidade*, etc, quando no entendimento entre nação e identidade étnica. (Seyferth, 1987)

Na década de 1990 os estudos sobre migração internacional e fluxo de brasileiros para o exterior ganham força e abrem caminho para pensarmos a formação de redes de migrantes e o transnacionalismo dos processos migratórios. Entre a década de 1990 e 2000 novos estudos buscam entender “as relações entre os movimentos de pessoas, signos e capitais ou as mobilidades e a relação entre circulação e globalização.” (Bianco, Sanjurjo e Silva, 2020, p.2). A partir daí, também surgem estudos sobre migração e deslocamentos, políticas migratórias e direitos humanos e, ainda, do crescente fluxo sul-sul.

2.1. A perspectiva dos deslocamentos

Na perspectiva dos deslocamentos, o estabelecimento do Estado nação se coloca como um fator histórico determinante no gerenciamento dos movimentos. Levantamos anteriormente a noção de que o movimento do homem no espaço se remonta aos tempos mais longínquos, no entanto, é através do estabelecimento dos Estado nação, que há uma centralização no gerenciamento desse movimento e dos desdobramentos dele, principalmente.

Muito embora Seyferth (1996) trabalhe com a noção de que a migração foi parte fundamental do processo de formação do capitalismo e de invenção da raça, do colonialismo e constituição da estrutura das desigualdades, na literatura há grande enfoque em compreender os resultantes desse processo de centralização, que terminou por suscitar diversos conflitos como a questão da cidadania, do controle de entrada e saída nas fronteiras do Estado nação, ainda da emissão de documentos, as políticas de controle e gerenciamento do movimento. Assim, Torpey (1999) argumenta que os Estados-nações modernos “monopolizaram os ‘meios legítimos de movimento’” de pessoas, tornando-as dependentes da autoridade estatal para se movimentarem, por meio das fronteiras internacionais.

Neste sentido, o Estado sendo monopólio do gerenciamento desses movimentos humanos, cria, ele mesmo, uma série de mecanismos internacionais, para controle das migrações ao redor do mundo. Importante notar, que esses mecanismos se movimentam e se transformam na mesma intensidade dos acontecimentos históricos, ou seja, à medida em que, os eventos históricos acontecem, que as coisas se transformam na política, na economia, as políticas migratórias (mecanismos de controle) se moldam às necessidades e convenções estatais.

Outro ponto, que devemos nos atentar, é que há um grande esforço na elaboração de políticas globais para a migração, que trouxeram consigo um forte caráter neoliberal e que, muito claramente, estiveram (e estão?) a serviço do capital internacional. Assim, a literatura levantada pelos autores mencionados cuidou de rastrear as consequências dessas políticas que foram fortemente lidas e compreendidas em seu viés hierarquizado, racializado e generificado, geradoras de violências estruturais, que perduram até os dias atuais e que encontram sua expressão máxima e direta na linguagem dos migrantes desejáveis e indesejáveis.

Essa figura dos indesejáveis-desejáveis também nos conta sobre o projeto de nação em questão. No caso brasileiro, o projeto de branqueamento institucionalizado, na atração de migrantes europeus e no rechaço de outros, como os asiáticos, tem consequências até os dias atuais, no que concerne à própria forma como a sociedade civil lida com migrantes de diferentes nacionalidades, mas sobretudo, na expressão das políticas públicas de atração de imigrantes hoje, quem são os imigrantes que irão ocupar determinadas posições sociais e econômicas, postos de trabalho etc. Interessante notar, que assim como foi levantado no capítulo 1 deste trabalho, a migração continua sendo, como na era das grandes navegações um fator determinante para a expansão do capital,

entretanto, é através das políticas migratórias, tanto nos países centrais, como nos periféricos, que conseguimos identificar os movimentos de acumulação do capital, e, portanto, seus movimentos de controle como trouxe Feldman Bianco (2015).

2.2. Assimilacionismo e etnicidade

Numa outra perspectiva de análise dos processos migratórios, que foi fortemente influenciada pela literatura norte-americana culturalista, localizamos os estudos de que tratam num primeiro momento os conceitos de *assimilação e marginalidade* e, posteriormente, dos processos de aculturação dos migrantes. Importante notar, que esses estudos são produzidos num momento em que a análise dos contatos culturais tinha atenção não somente da antropologia, como também de outras disciplinas, como observam Bianco, Sanjurjo e Silva (2020).

Essa perspectiva culturalista foi fortemente criticada, por teóricos dissidentes, como Florestan Fernandes (1964 e 1949), uma vez que, a agenda de pesquisa no pós guerra, estava bastante direcionada à busca pela compreensão da adaptação dos migrantes e, sobretudo, para os efeitos, dos processos de industrialização e urbanização para os diferentes grupos sociais. Essas pesquisas tinham uma preocupação em trazer o recorte racial para o debate científico, não mais do ponto de vista culturalista, mas numa perspectiva crítica de integração à sociedade de classes, pensando as dificuldades de inserção do migrante e do negro, no caso de Florestan Fernandes (1964 e 1949), sendo possível ainda, identificar os estudos que pensaram a discriminação e o preconceito e, mais tarde a migração rural-urbana com Eunice Durhan (1973).

É possível ainda notar que nesses estudos há uma predominância na análise das sociedades de destino e não de origem dos migrantes, ainda, , ilustrando o nacionalismo metodológico que se impunha no período, o que pode nos dar indícios do porquê de uma ausência das interpretações à luz do entendimento assentado na compreensão da etnicidade à época.

Em se tratando dos estudos que pautaram a etnicidade, Giralda Seyferth (1996 e 2002) desenvolveu estudos com diversos grupos étnicos e teve um papel fundamental no entendimento de raça e migração para o pensamento social brasileiro. Também Manuela Carneiro da Cunha (2012) no que concerne a migração forçada de africanos escravizados no Brasil, refletindo sobre os limites da cidadania e da liberdade pós abolição.

Dessa abordagem fica que o entendimento dos processos migratórios a partir de uma abordagem étnica, permite-nos pensar na raça como elemento central, e mais tarde, nas redes que se formam em torno de projetos de reprodução coletiva de certos grupos étnicos. Essa é ainda uma discussão fundamental, haja vista que, à medida em que o capitalismo expande suas fronteiras as problemáticas raciais tomam maior proporção. Neste sentido, o pensamento desenvolvido dentro dessa perspectiva tem muito a contribuir para a análise das formas de organização social e política dos grupos étnicos, sobretudo, das minorias étnicas.

2.3. Imigração e Emigração, transnacionalismo de pessoas, símbolos e capitais

Na década de 1990, auge do neoliberalismo no Brasil, não por acaso, surge uma série de estudos que buscavam analisar os fluxos de brasileiros para o exterior, a grande maioria desses brasileiros estavam indocumentados, dando-nos indícios do caráter dessa migração dos anos de 1990. Esses trabalhos levantaram questões fundamentais para os estudos das migrações internacionais, quer seja, o trabalho e cidadania, gênero e direitos, securitização das políticas norte-americanas e europeias, etc. Também podemos notar, através da literatura consultada, de que o final da década de 1980 também é palco da proliferação de estudos no âmbito das ciências sociais, que focalizaram as emigrações e a análise das condições de mobilidade social no Brasil e, nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de Boris Fausto (1999).

No que diz respeito ao transnacionalismo, há na década de 1980 uma inquietação entre estudiosos norte-americanos das migrações no que diz respeito às concepções mais tradicionais de povo, nação e cidadania. No Brasil, para a antropologia brasileira, os estudos de Bela Feldman Bianco (2000, 2002), nos permitem pensar, ainda hoje, sobre o fluxo de símbolos e capitais e as condições de reprodução desses símbolos para a manutenção do sentido de comunidade entre migrantes, ainda da produção de práticas geradoras de um “consenso” étnico entre esses migrantes, chamando atenção para o fato de que esses processos vão para além do local e são atravessados pelas condições históricas de reconfiguração da nação.

Bianco (2000, 2002), levanta ainda questões da construção de nação desterritorializada e da re-territorialização do Estado português, onde se faz fundamental pensar sobre os estabelecimento e recrudescimento das fronteiras para os “indesejáveis”, questões essas que são atravessadas pelo debate do colonialismo e pós-colonialismo. Esses estudos suscitaram questões importantes e contribuíram para a

formação de grupos de pesquisa e grandemente para o debate das migrações no pensamento social brasileiro, facilitando o surgimento do campo de estudos sobre as populações em diáspora:

focalizando os paradoxos, as contradições e os limites da política de identidade, enquanto cenários de luta para impor, manter, resistir ou contestar a perpetuação ou reconfiguração de múltiplas estruturas de dominação em diferentes conjunturas da história do capitalismo (Bianco, Sanjurjo e Silva, 2020, p.12).

Nesse mesmo campo podemos localizar os estudos sobre formação identitária de migrantes, *ethnohistórias* dos exilados do salazarismo em São Paulo, relações interétnicas em Lisboa, mobilizações em prol de direitos de migrantes em Portugal, ainda sobre os trânsitos coloniais entre Brasil e Portugal, discursos nacionalistas, relações raciais entre nativos e migrantes, direito à cidade, história do trabalho, militância política e sindical de imigrantes, fascismo e imigração italiana, imigrantes judeus na ditadura civil militar brasileira, redes transnacionais, etc. (Ibidem, 2020).

Sendo assim, esses estudos que começam a ser produzidos na década de 1990, focalizaram fortemente na questão das migrações internacionais e seus desdobramentos, dentre os quais, as questões trabalhistas, os *dekassegui*, o tráfico internacional de mulheres, direitos, discriminação racial e diversas outras questões. Localizamos estes estudos numa agenda de pesquisa, que se alinhava bastante com as urgências políticas e históricas à época, muitas delas, que se exacerbam nos dias de hoje e que ainda configuram um campo frutífero de pesquisa. Esses trabalhos ainda nos permitem pensar sobre a migração em seu lugar de partida e chegada, possibilitando a criação de um quadro de determinações históricas para os processos migratórios.

2.4. Mobilidades, deslocamentos e violência

Atravessados pelo debate do transnacionalismo, na década de 2000 começam a ser desenvolvidos estudos que buscam identificar nas políticas os marcadores do que seria concebido como os sujeitos indesejáveis, os mais suscetíveis às violências de múltiplas ordens, de acordo com gênero, raça, etc. esses estudos apontam a constituição das fronteiras sejam elas físicas ou simbólicas que se formam em torno dos sujeitos migrantes, mas não só. Daí surgem as pesquisas que focalizando aqueles potenciais corruptores da ordem e da moral, nos falam sobre a noção de terrorismo, criminalização, deportamento, deslocamentos forçados, etc.

Importante frisar que, mais uma vez, sobretudo, na antropologia, os trabalhos desenvolvidos em torno dessas temáticas, seguem a lógica de urgência de uma agenda de pesquisa que se preocupa com as consequências das políticas neoliberais, que se sustentam através de práticas violentas e militares, de precarização da vida.

Assumindo esse desafio, Feldman-Bianco sugere a adoção de uma perspectiva global das migrações e dos deslocamentos para analisar e teorizar a respeito de vários tipos, escalas e espaços das mobilidades e das imobilidades à luz dos interstícios da dominação e do poder como parte inerente à reestruturação do capitalismo global. (apud Bianco et al, 2020, p.21).

Neste sentido, os debates em torno da migração internacional vão se configurando em torno do entendimento das escalas geográficas, em que pese o alcance do capitalismo no ordenamento dos fluxos. Ainda, muito influenciados pelos estudos de parentesco, permite-nos pensar, os projetos migratórios dentro de uma lógica de planejamento familiar (mais tarde das remessas), das redes transnacionais, das novas formas de vivenciar a parentalidade, etc.

Nessa mesma linha, Claudia Fonseca (2006, 2009 e 2011) trabalha com a noção de “tecnologias de governo”, influenciada pelos estudos de família e parentesco e pelo conceito de biopoder de Foucault, identifica que essas tecnologias estão necessariamente imbricadas nas políticas de governança e são uma manifestação das práticas de Estado que visam controlar sujeitos e o território. Desses estudos surgem outros, que buscaram compreender as rotinas burocráticas em torno da questão migratória, as práticas jurídicas que conferem estatuto aos sujeitos migrantes e ainda, a diversidade de lógicas que atravessam a migração, sejam elas burocráticas, jurídicas, simbólicas, etc.

Desses estudos nascem o questionamento da crescente retórica humanitária no que concerne às questões migratórias, da junção entre setores de justiça, que regulam o fluxo de bens legais e ilegais com os setores responsáveis pela migração e mesmo, as políticas de contenção do “*tráfico internacional de pessoas*”. Esses estudos nos permitem identificar vestígios do estabelecimento de fronteiras dicotômicas impostas pelos Estados, elas são muito bem demarcadas em certos aspectos, direcionadas a certos tipos de fluxo, particulares e, sobretudo, retóricas. Ainda, abrem espaço para o estremeamento das posturas de “salvadores das vítimas do tráfico”, principalmente no que concerne ao tráfico de trabalhadoras do sexo, travestis, ampliando a compreensão sobre as agências que atravessam esse tipo específico de migração.

Importante considerar ainda, que esses estudos são fortemente influenciados pelas teorias feministas interseccionais e pós-coloniais. Mais tarde, eles influenciam pesquisas em torno da migração de pessoas LGBTQIA+, das vivências de afetos em penitenciárias femininas e ainda, da dimensão do cuidado no trabalho exercido por mulheres de latino americanos, africanos e asiáticos nos países de destino, etc. Esses estudos são realizados no decorrer dos anos 2000-2010, dando lugar às pesquisas sobre desabrigados dos grandes projetos em torno das construções para a Copa do Mundo de 2014 e sobre a itinerância da população de rua e periférica, assim como, das migrações de adultos e crianças indígenas, dialogando diretamente com a experiência prisional brasileira.

No ano de 2010 podemos ver o surgimento de estudos em torno das migrações intracontinentais, dos povos haitianos em decorrência do terremoto que assolou o país, chamando atenção para o fato de que o Brasil, que entre as décadas de 1980 e 2000 foi um país de “saída”, volta a ser um país de destino para muitos povos (tais fluxos já se iniciam na década de 2000. Comparativamente, contudo, não têm a mesma amplitude demográfica do chamado período das grandes migrações para o Brasil, que abrange as décadas de 1890 a 1930).

Esses estudos abordaram as redes de solidariedade, a manutenção de vínculo com os países de origem, os projetos econômicos no comércio dos imigrantes em território nacional, ainda, sobre estudantes imigrantes no Brasil, localizando no imaginário brasileiro as noções conferidas a determinados povos, sobretudo, àqueles, considerados *povos em diáspora*, como é o caso dos haitianos e cabo verdianos, destacando ainda, questões de afirmação da negritude, da intelectualidade negra, em que pese, os estudos de Handerson (2015) e Silva (2017), sobretudo, no que concerne a acolhida dos imigrantes haitianos no Brasil. Esses últimos demonstram uma trajetória dos poucos estudos sobre imigração haitiana no Brasil, a de pensar as redes, a acolhida, o processo de adaptação e o papel das instituições religiosas na adaptação desses imigrantes. A migração haitiana, apesar de muito estudada em outros países, é ainda, um tema pouco explorado no Brasil, sobretudo, no que concerne, as relações de “atração” operadas pelo Brasil e ainda, os fatores de expulsão vivenciados no país de origem. Nesse sentido, esse trabalho também visa explorar essa lacuna existente na produção bibliográfica brasileira.

CAPÍTULO 3: MIGRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA⁴

No presente capítulo, discutiremos algumas das determinações para o fluxo Haiti-Brasil, partindo da necessidade de abordar o subimperialismo brasileiro e a força desse processo histórico na conformação de fluxos específicos dentro do continente latino americano. Ainda, procuraremos demonstrar como viemos anunciando desde a introdução deste trabalho, a particularidade da migração haitiana, tratando de compreendê-la, sobretudo, através das determinações políticas, sociais e econômicas do país de origem (Haiti), então exploraremos um pouco mais das características desse fluxo no Brasil, mais especificamente, no estado de Santa Catarina, por se tratar do principal destino dos haitianos, também as condições de entrada e permanência, a Geografia do fluxo e, ainda, as redes que se formam.

Importante considerar algumas questões antes de iniciarmos a leitura do capítulo, primeiro corresponde ao salto que demos no subtópico 3.1 de tratar do subimperialismo em sua gestação, por assim dizer e, na década de 1960 e, posteriormente, partir para a década 2000-2010. Isso se deve primeiro, ao fato de que a teoria da dependência no Brasil é realmente “abandonada”, há pouca ou nenhuma produção teórica, que parte da TMD para explicar os anos 80 em diante. A retomada dessa teoria tem sido feita recentemente. Outro ponto é, que apesar de não falarmos, exatamente sobre a existência ou não do subimperialismo no período anterior a 2010, apontamos algumas tendências, que acompanham as já anunciadas anteriormente. Ainda, é fundamental considerar, que a migração haitiana (em massa) para o Brasil, é um fenômeno relativamente recente, pois nunca se tratou do principal destino para os haitianos, então, neste sentido, é que falamos também pouco do período anteriormente observado. Todos esses pontos, consituem lacunas do nosso trabalho, que procuraremos sanar em outros trabalhos, realizados com maior fôlego.

3.1 O Subimperialismo Brasileiro

O Subimperialismo, categoria cunhada por Marini (1977)⁵ é mais que uma etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro ou uma forma menor de capitalismo, designa um processo histórico resultante da correlação de forças no modo de produção capitalista. É também uma expressão da luta de classes e deve ser compreendido a partir de uma perspectiva histórica, social e política de cada país subimperialista.

Fato é que o subimperialismo não é um imperialismo pequeno, tampouco, uma política (mesmo que dele se desdobrem políticas de natureza particular) e também não

se expressa na exportação de capital dos países de periferia e ou dependentes. De forma geral, trata-se de um desdobramento histórico do próprio modo de produção capitalista na sua totalidade, em regiões específicas do globo e aqui, tratamos particularmente da América Latina.

Neste sentido, buscamos compreender através da obra de Marini (1977) o desenvolvimento do subimperialismo brasileiro e seus desdobramentos. No primeiro momento, é necessário que tenhamos em conta o que foi trabalhado no capítulo um deste texto sobre os processos que engendraram a condição dependente da América Latina. Feito isso é imperativa ainda, a leitura do capítulo um da obra de Marini citada e referenciada por nós, para compreender as condições materiais que constituíram o acirramento da luta de classes que se desdobrou na ditadura civil militar brasileira, de 1964, período entendido na literatura trabalhada como o lugar de um “pacto subimperialista” e, para tanto, de aprofundamento da condição dependente.

Partimos, portanto, de 1964 para compreender o subimperialismo brasileiro, período em que há uma coalizão das classes dominantes mirando uma integração ao imperialismo, que precede o que Marini (1977) chamou cooperação antagônica, haja vista que, essa cooperação é consolidada às custas do estrangulamento do mercado interno brasileiro e das políticas de autodeterminação do nosso povo, eliminando as possibilidades reais de construção de um país soberano e autônomo à época, assim como, (e essa é condição *sine qua non* dessa aliança e também pressuposto e posto do subimperialismo) de uma total subserviência do Brasil aos países imperialistas.

Essa integração tem dois efeitos, segundo Marini (1977): o primeiro é aumentar significativamente a produtividade industrial graças ao “investimento” externo e a racionalização tecnológica importada, onde lê-se, a incorporação dos sistemas de produção do norte global. O segundo é acelerar o desequilíbrio entre desenvolvimento industrial e a criação de empregos na indústria, justamente pela dispensabilidade de uma maior quantidade de força de trabalho nos sistemas de produção que se assume aumentando consideravelmente o desemprego. Assim, há uma irracionalidade no desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

⁴ Este título faz menção ao conceito trabalho por Luís Felipe Magalhães (2017)

⁵ O texto citado neste trabalho é a oitava edição de “*Subdesarrollo y revolución*”, publicada no México em espanhol em 1977. Eventualmente, quando formos citar diretamente trechos da obra, utilizaremos traduções nossas.

O capitalismo brasileiro se orientou assim, a um desenvolvimento monstruoso, uma vez que, chega a etapa imperialista, antes de haver logrado a mudança global da economia nacional e estando em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante disso, é que ao invés do que passa com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior, em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortiguar o ímpeto da luta de classes; ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um superlucro ao seu sócio maior norte americano, quer agravar violentamente a exploração do trabalho no plano da economia nacional num esforço de reduzir os custos de produção. (Marini, 1977, p.101, tradução nossa).

Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em sua etapa subimperialista termina por aprofundar problemas sociais de múltiplas ordens, que se constituem no plano das trocas internacionais, já abordados no capítulo um, onde o Brasil estende seu *modus operandi* silenciador das demandas das massas, caso contrário a burguesia nacional teria de lidar “com sua incapacidade de fazer frente aos problemas planteados pelo desenvolvimento econômico” (Marini, 1977, p.102, tradução nossa).

Como trabalhamos no capítulo um, a economia latino americana é fundamentalmente baseada nas elevadas taxas de mais valia, que nos contam, de um lado, da superexploração da força de trabalho e de outro da diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores continuamente, formando uma grande massa pauperizada no Brasil e um mercado interno débil, apesar da constante capacidade de aumento da produção. O esquema subimperialista tinha assim que atender as reivindicações do capital, criando as condições necessárias para que o mercado externo tivesse entrada e ao mesmo tempo criar um terreno fértil para que seus bens fossem consumidos, é assim pois, que setores como os de energia, aeronáutica e de armamento são fomentados. Tendo em vista que o setor bélico satisfazia os anseios da elite militar e são a base do subimperialismo, diante da constante necessidade desse modelo de reprimir as manifestações populares (Marine,1977).

Nesse processo de “alianças”, entretanto, houve fricções entre o “sócio maior”, Estados Unidos e Brasil, mas que não inviabilizaram a continuidade da tentativa de integração. A dívida pública externa cresceu exorbitantemente, assim como, o controle econômico de setores chaves por trustes estrangeiros, colocando em cheque pela burguesia o governo militar, pois aparece o fato de que o projeto subimperialista não se realizaria com tanta facilidade.

O subimperialismo enquanto processo demandou da elite militar um estrangulamento dos salários e do poder de consumo dos trabalhadores a fim de

movimentar um mercado de serviços e produtos especializados e altamente tecnificados, que só setores específicos poderiam acessar. Assim:

Não cabe retomar aqui a crise dos anos sessenta. O que importa destacar é que esta aparece como uma crise de realização que levanta a necessidade de abrir mercados para produção de bens duráveis (de consumo e de capital), com um objetivo de assegurar campos de inversão para os monopólios industriais e o capital financeiro interessado nessa produção. Simultaneamente, o desenvolvimento das linhas de produção exigia uma acumulação de capital mais intensa, o que supunha quebrar a dinâmica reivindicativa do proletariado industrial e das massas do campo, particularmente forte depois de 1959. (Marini, 1977, p.191, tradução nossa).

Isso se deu fundamentalmente com alto poder bélico e controle do Estado das organizações trabalhistas e camponesas, do qual o Ato institucional número cinco (AI-5) é expressão. “Assim, a militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo foi pra Alemanha dos anos trinta.” (Marini, 1977, p. 200, tradução nossa). Neste sentido, a instrumentalização da violência, é um resultado histórico, de uma necessidade existencial do subimperialismo brasileiro e que não se esgotou em 1964, mas que se manifesta de diferentes formas ao longo da história.

Importante dizer, que datamos a etapa subimperialista como o fez Marini (1977), no intuito de apontar suas principais determinações e compreender os processos em torno de sua consolidação. Entretanto, daremos um salto real para olharmos para o presente, uma vez que, nosso objeto neste trabalho demanda esse olhar. Assim é a partir da crise no capitalismo em 2008 que o subimperialismo brasileiro se reconfigura, apontando ao mesmo tempo, tendências já anunciadas em 1964, como a expansão militar e econômica para outros territórios e novas tendências, tais como a mudança de fluxo dos deslocamentos humanos e quais territórios serão explorados. Esse olhar nos dá elementos para apreender as determinações da relação subimperialista de Brasil-Haiti, que é expressão tanto das condições internas de cada um dos países quanto da política internacional empreendida pelo país subimperialista, o Brasil.

Na dimensão haitiana podemos ressaltar a histórica fragilidade social (que será abordada mais profundamente no próximo tópico deste capítulo), que torna o Haiti um país de uma população diaspórica, que é constantemente expulsa de seu território na busca pela reprodução de si mesma. A crise capitalista de 2007-2008 tem um forte impacto sobre o universo do trabalho nos países do norte global onde residiam significativa parcela dos emigrantes haitianos, afetando diretamente as remessas que eram enviadas para o país. Isso tem um efeito devastador para o PIB do país entre 2005 e 2015, colocando em evidência a dependência dessas remessas. Ainda o terremoto de

2010 agrava uma situação sanitária e precariza ainda mais uma população já vulnerável, com baixa empregabilidade, acesso à saúde, saneamento básico e etc. Esses processos colocam em xeque a viabilidade da migração para o norte, reorientando os fluxos migratórios haitianos (Magalhães, 2017).

Na dimensão brasileira o que se tem a partir de 2003-2004 é um país que reorienta suas políticas econômicas e suas relações internacionais. Ao passo que os países de centro viviam a crise de maneira abrupta, o Brasil promovia políticas anticíclicas de geração de empregos e aumento da produtividade como consequência, altos investimentos em políticas sociais e de transferência de renda, sendo, portanto, necessária desde a condição subimperialista, a expansão para outros territórios no exterior. É nesse momento que se reafirma o projeto subimperialista, assumindo suas contradições e apresentando-se a diversos países periféricos como um lugar ideal para se viver. “Uma ideia imprecisa e frágil como o próprio processo de expansão econômica com inclusão social brasileiro, situado, ainda, nos marcos de uma economia dependente (Magalhães, 2017, p.4).

Um ponto fundamental é que essa expansão não se deu tão somente através de “investimentos” de ordem econômica em outros países latino americanos, incluindo o Haiti, mas também, de políticas de atração de migrantes e, sobretudo, no caso haitiano, da presença militar do Brasil no Haiti, através do comando das forças armadas brasileiras sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, Minustah em 2004. Essa missão tinha por objetivo conter as tensões formadas em torno da renúncia do então presidente Aristide e, muito embora, tenha sido estabelecida em 2004, é somente com a crise de 2007-2008, que ela passa nas palavras de Magalhães (2017) a constituir no imaginário do povo haitiano, um Brasil como um destino vantajoso e viável.

Apesar de a crise impactar a exportação de commodities brasileiras, a política que se adota naquele momento com o governo de Lula permite -apesar das contradições próprias do governo e particulares do capitalismo dependente- uma manutenção do nível de consumo da população, via aumento do crédito, do número de empregos, assim como, do endividamento familiar. Há, neste sentido, crescimento nos termos da economia dependente, como certa inclusão social, forçando para sua manutenção a busca por mercados externos e uma nova força de trabalho a ser superexplorada.

Podemos identificar, assim, que a partir da crise capitalista de 2007-2008 o que acontece é um reforço a certas tendências que já se apresentavam no início da etapa subimperialista, como o controle militar sobre o território e a busca pela expansão de

mercados externos, muito embora, há singularidades nas políticas adotadas, que sinalizavam tanto para um crescimento econômico expressivo do Brasil, quanto para a proliferação de políticas sociais, que incluiriam os emigrantes haitianos. Entretanto, é necessário ressaltar que essa expansão subimperialista, não se daria sem contradições e sem a absorção de valor produzido tanto em território brasileiro, como haitiano, pronto a ser entregue aos países imperialistas. Assim, faz-se fundamental olhar para este fluxo migratório Haiti-Brasil, como uma manifestação do subimperialismo brasileiro, tanto como hipótese, quanto como uma lente, que nos permite compreender as particularidades da postura subimperialista brasileira em território latino americano.

3.2 Migração haitiana: A migração da Dependência

Neste tópico trabalharemos a dimensão haitiana do fluxo Haiti-Brasil, os processos históricos que fazem do Haiti um país de emigrantes, de um povo de diáspora. “De colônia mais próspera do mundo durante o período colonial à país mais pobre da América, atualmente, o Haiti é palco de inúmeras contradições próprias do capitalismo dependente. Estas contradições condicionam, historicamente, um verdadeiro ‘povo migrante’ ” (Magalhães, 2015; p.1).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua totalidade, pressupõe o desenvolvimento desigual entre suas partes fundantes. É assim, que as circunstâncias que separam centro e periferia no capitalismo não são um resultado acidental do processo histórico, mas uma condição para sua existência. O colonialismo, ao instaurar a divisão internacional do trabalho, inaugura a condição de dependência na América Latina e engendra processos históricos de luta de classes no seio das trocas internacionais entre as burguesias internacionais e uma elite colonial que se forma. No Haiti não seria diferente, embora, tenha suas particularidades.

O impulsionamento da economia colonial no Haiti, através da exportação de algodão, couro, melado e cacau também foi um fator determinante para o desenvolvimento do capitalismo na Europa. A versatilidade na sua produção o fez ser conhecido como “a pérola das Antilhas”, pois era o único país que conseguia produzir e exportar ao mesmo tempo uma diversidade imensa de artigos e em grande quantidade. As burguesias Francesa e Inglesa, as mais fortes do século XVIII, eram alimentadas pelas riquezas haitianas. (Magalhães, 2015).

Entretanto, a hegemonia das burguesias francesa e inglesa, são colocadas em

xeque, por um descontentamento crescente diante das condições que se encontrava a população escravizada e uma capacidade de coesão e organização dos povos que ali viviam, como os franceses escravizados, o povo haitiano e os africanos escravizados. É então que de 1791 a 1804 o país constrói seu processo de independência. Processo frequentemente interpretado por teóricos críticos, como “o mais original e fecundo processo revolucionário nacional e étnico no novo mundo” (Magalhães, 2015; p.5). “A revolução nacional haitiana expôs ao mundo, na ferocidade em romper os grilhões da exploração colonial, a força do revide de um sistema mundial que se ampara na hierarquização racial, que possui um conteúdo e um cometimento racial, nacional e de classe.” (Magalhães, 2015).

Muito embora a revolução haitiana tenha sido um processo de tanta importância cultural e política para o país, não tardou muito, até que o imperialismo francês, atento à sua colônia, ateu fogo em todas as fazendas e espaços produtivos do país, assolando o território haitiano. Não bastasse, o Haiti sofreu um forte bloqueio econômico por parte da Inglaterra, França, Espanha e Estados Unidos e teve seu território invadido e ocupado por tropas americanas durante a primeira metade do século XX, aprofundando tensões e repressão a manifestações culturais, apesar de, forjar uma intensa resistência popular no território (Ibidem, 2015). A condição em que se encontra o Haiti hoje, é fundamentalmente, forjada, pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista e o resultado da postura dos países imperialistas pós revolução haitiana, foi uma dificuldade histórica de reconstrução do país. Assim:

A produção, portanto, de uma tradição migrante no país é um processo histórico que se refere à própria forma com a qual o capitalismo desenvolve-se no país, criando e recriando desigualdades nacionais e vinculando até a medula o sistema econômico, político e social do país às exigências do capitalismo central. O fenômeno migratório internacional, por suas complexidades e particularidades, refere-se sempre a dois ou mesmo mais países. É um produto da relação entre eles, especialmente da desigualdade entre eles. (Ibidem, 2015; p.8).

Assim, as relações que foram forjadas no período colonial no Haiti, que refletem a situação pós independência, giram em torno de uma grande espiral: o capitalismo em escala global. Todos os processos que se desdobram daí, não podem ser compreendidos, sem essa premissa basilar, a de que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo engendram toda a sorte de mazelas na periferia e que há um olho que tudo vê, nos espreitando, a cada levante popular. O que vemos hoje no Haiti, é pois, um processo histórico que tem bases muito concretas e que nos contam do lugar relegado a ele pelos países imperialistas, não a exclusão do sistema, mas o

aprofundamento de sua condição de subordinação e dependência.

Segundo dados do IBGE (2013) a população haitiana tem hoje quase 45% de sua população subnutrida, 73% não têm acesso a saneamento básico, ocasionando uma série de doenças totalmente evitáveis do ponto de vista da saúde pública. Aproximadamente 35% dos haitianos não são alfabetizados, morrem setenta crianças em cada 1000 nascidas vivas antes dos cinco anos de idade e ainda, 84% dos jovens universitários formados no país se deslocam para outros países, fazendo do Haiti um lugar com um índice altíssimo de fuga de cérebros e graves fatores de expulsão da população (Magalhães, 2015).

Entretanto, é fundamental considerar aqui, não somente esses fatores de expulsão da população haitiana, mas também os fatores de atração de migrantes empreendidos por outros países. Importante considerar que, apesar de analisarmos o fluxo migratório Haiti-Brasil, tratamos de levantar as questões postas pela literatura trabalhada, por se tratarem de fenômenos relevantes para compreensão do nosso objeto, como é o caso das particularidades da migração haitiana pros Estados Unidos. Os EUA continua sendo o país que mais recebe imigrantes haitianos, por diversos fatores, mas cabe ressaltar, que os EUA se colocam como país imperialista nos dias atuais, sendo, portanto, um dado fundamental deste fluxo específico. Essa posição pactuada o obriga a conquistar territórios e torna a América Latina e Caribe sua zona de domínio.

Militar e economicamente, os Estados Unidos se tornam força fixa no Haiti no século XX, dominando diretamente as escassas estruturas produtivas do país e influenciando, sob as mais variadas formas, a política nacional de acordo com o interesse de suas empresas, isto é, do imperialismo norte-americano. (ibidem, 2015; p.12)

O que se coloca no pós revolução no Haiti é um acirramento das contradições engendradas pelo próprio sistema, sobre as quais ele mesmo legisla, decidindo por intervir militarmente no país através das tropas norte-americanas. Nas últimas décadas do século XX, no entanto, as dinâmicas globais sofrem uma série de transformações, que pedem uma transformação na ocupação militar do território, quando entram as tropas brasileiras pela Minustah. Entretanto, a presença do Brasil no Haiti não era somente militar, mas também política econômica, como apontamos no tópico 3.1 deste capítulo, portanto, pensar o subimperialismo nesse fluxo é fulcral.

A presença brasileira no Haiti, não pode ser lida como acidente histórico, ou uma opção administrativa, mas deve ser entendida, como um desdobramento da posição no Brasil, que vive na primeira década do século XX uma extensão necessária aos moldes

subimperialistas de suas empresas, empreiteiras, etc. para território haitiano. Além da investida das tropas brasileiras na deposição do então presidente Aristide e do apoio do presidente interino nomeado, assim como, de um posicionamento vazio sobre os conflitos enfrentados pelos países.

De todas essas questões que apresentamos, é fundamental aqui retomar um ponto, em que medida essa presença brasileira no Haiti de que falamos, constrói no imaginário do povo haitiano a visão do Brasil como “um bom lugar para se viver”. E ainda, uma presença que só é possível graças à dinâmica subimperialista, que apresenta uma possibilidade de reprodução social para uma população que vive em condições extremamente precárias. O que vale ressaltar é que para além da presença brasileira na Minustah, as atividades organizadas pelo então presidente Lula no Haiti, inclusive afirmando que os haitianos serão muito bem recebidos no Brasil, as informações duvidosas repassadas pela construtora OAS, por traficantes e os rumores construídos em torno dos amistosos da seleção brasileira, também configuram fatores bastante importantes nessa construção do imaginário do Brasil como destino possível. (Magalhães, 2015).

Na ausência de informações ou na divulgação de informações imprecisas, o Brasil se consolida como um destino emigratório importante, em especial com a crise capitalista nos países de centro, como Estados Unidos e França, que incidiu diretamente sobre as condições laborais da classe trabalhadora nestes países. Um aspecto particularmente importante desta imprecisão de informações é produzido pelo próprio exército brasileiro no Haiti. Conforme destacado por Jorge Peraza, a miscigenação das forças militares brasileiras não raras vezes produz situações em que um militar negro encontra-se em posição hierárquica superior a um militar branco. Aos olhos dos haitianos, isto é visto como a expressão de um país em que um negro pode emitir ordens a um branco, ou seja, um país racialmente democrático. Poucas ilusões se desfazem tão rapidamente quanto esta. (ibidem, 2015; p.19).

Neste sentido, o que se coloca aqui neste capítulo com base na literatura trabalhada, é que o subimperialismo brasileiro em sua relação com o Haiti, condiciona um fluxo migratório bastante particular, que se diferencia em certa medida dos fluxos da periferia em direção a suas antigas colônias, inserindo as determinações econômicas e extra econômicas, para existência da expansão subimperialista como fatores fundamentais da constituição deste fluxo. Assim, o fluxo migratório Brasil-Haiti para além de um objeto de análise bastante relevante para o campo dos estudos migratórios, é também um fenômeno, que nos remete a necessidade existencial e histórica da construção de um projeto popular para o Brasil e América Latina com um todo, que deve passar pela autonomia dos povos e ainda, extirpar o estrangulamento econômico, que o imperialismo nos impõe.

É, portanto, que ao trazer o conceito de migração da dependência para ser discutido neste capítulo, não poderíamos simplesmente defini-lo, já que o movimento que se fez foi o de olhar para o fluxo e, posteriormente, conhecer o conceito. A tentativa de demonstrar então este conceito parte antes da tentativa de compreensão do fluxo, onde o caminho traçado foi o de entender a relação entre os dois países. Assim, podemos localizar a migração da dependência, para que não se perca de vista, como o resultado de um fluxo que se realiza num contexto de dependência econômica. A Dependência haitiana, como posição que ocupa no sistema mundo e, no nível fenomenológico, a dependência das remessas enviadas pelos imigrantes haitianos, que reorienta os fluxos num momento de crise do capitalismo, diante da necessidade constante da efetivação de projeto familiar, quer seja, a reprodução social por meio da migração.

3.3 O Haiti no Brasil – imigrantes haitianos em Santa Catarina

Neste tópico traremos alguns apontamentos sobre a migração haitiana, levantados por Magalhães (2015) mas agora, olhando pro lugar de chegada, o Brasil. Esses apontamentos, são fruto de reflexões e informações retiradas da literatura consultada, onde realizou-se um estudo sobre os imigrantes haitianos em Santa Catarina, não por acaso, uma vez que, é um estado com forte presença de imigrantes haitianos. O fato de estarmos de insistirmos na obra de Magalhães, é pela autenticidade da obra em conseguir abordar os aspectos da dependência em uma escala regional e também local, aspectos estes, pouco trabalhados nas teorias migratórias e, sobretudo, nas literaturas sobre migração haitiana.

O primeiro ponto levantado é a condição de chegada dos haitianos no Brasil. Em sua grande maioria partem da República Dominicana ou Porto Príncipe por via aérea até o Peru ou Equador, onde seguem viagem por via terrestre, por mais de um mês. O principal ponto de entrada no Brasil é pelo Acre ou o estado do Amazonas, onde ao chegar pedem refúgio, alegando a impossibilidade de viver no país de origem. Dos 31 entrevistados pelo autor, 24 chegaram indocumentados e somente 7 documentados e estes últimos, tiveram como ponto de entrada a cidade de São Paulo e não raro, uma rede que os esperava, o que demonstra uma particularidade do fluxo que chega a Santa Catarina (Magalhães, 2015).

Os imigrantes haitianos que chegam em Santa Catarina, que vivem e trabalham por lá, contam com a Associação de Haitianos, uma rede que os confere mais segurança,

perspectiva de empregabilidade e, ainda, apoio numa situação de vulnerabilidade em território estrangeiro. Não raro esses imigrantes tornam-se também uma rede que permitirá a vinda de outros haitianos e, inclusive de seus familiares. O comum da vida dos imigrantes haitianos entrevistados como já demonstrado no tópico anterior, o compromisso com o envio de remessas às famílias, se insere na trajetória pessoal dos imigrantes como fator de responsabilidade frente às necessidades enfrentadas pelos que ficam e, ainda, representa no todo, uma importante contribuição para a economia do Haiti.

Um outro fator importante no entendimento da localização desse fluxo é a atração para o estado de Santa Catarina. Magalhães (2015) nos conta de três empresascatarinenses que recrutam esses haitianos no Acre, para trabalharem sobretudo, nos setores da construção civil e na prestação de serviços. Um ponto levantado pelo autor nas duas pesquisas de campo realizadas, é o fato de que os trabalhadores haitianos em geral, trabalham nos serviços mais pesados em que não raro, não há contato com o público externo e ainda, que a remuneração dos trabalhadores haitianos é majoritariamente menor que a dos trabalhadores brasileiros.

A superexploração da força de trabalho do imigrante guarda íntimas relações com a legislação migratória vigente, o desconhecimento e não reconhecimento da formação técnica e intelectual do sujeito migrante e a subalternidade geral que o caracteriza, sobretudo aqueles que emigram de países periféricos e dependentes. A chamada “apropriação capitalista da mobilidade humana” condiciona estes elementos acima e faz do trabalhador imigrante um sujeito mais suscetível às estratégias de superexploração (ibidem, 2015; p.21).

Para além dessas questões que são objetivas, a literatura aponta para a saudade, a vontade de ir, o medo, a esperança, a alegria em poder trabalhar, o desânimo. Questões que são de outra natureza, porém tão legítimas e reais, particulares da experiência da migração da dependência, que carregam consigo todo o peso de ser uma nação na periferia do sistema e, não obstante, toda a irresponsabilidade do capitalismo em escala global.

Assim, as condições de vida de um imigrante haitiano em “um país de todos” são atravessadas por diversas questões, cuja compreensão não se esgotam neste texto, a superexploração da força de trabalho haitiana, a relação entre subimperialismo e a constituição deste fluxo, as duras condições impostas a eles, quando no estabelecimento de moradia em alojamento “cedido” pelas empresas (Magalhães, 2015) e a constante luta pela reprodução social de uma população que ousou se levantar contra o imperialismo no século passado e que ainda hoje, colhe os frutos malditos da dominação

imperial.

A condição de vida dos imigrantes haitianos no Brasil, é um retrato fiel, da dependência sobre a qual está submetida o povo haitiano. Essa dependência se expressa tanto na sua posição no nível das trocas, ainda mais subalterna que outros países periféricos, por seu desenvolvimento histórico e econômico, quanto pela dependência das remessas. Focamos principalmente na primeira, pois entendemos que essa é uma determinação pouco explorada na literatura e que merece ser melhor analisada. De fato, a condição de dependência engendra fluxos migratórios particulares e não só, como também a condição em que os imigrantes se reproduzem após a chegada.

Nesse sentido, há clareza, que a condição de alta exploração e vulnerabilidade é forjada pelas características em que essa migração se dá, pelas relações sociais mais profundas existentes no nível das trocas entre Brasil e Haiti e ainda, pelo que há de comum no desenvolvimento históricos dos dois países, a saber, fazerem parte da periferia do sistema, serem, na medida da sua força um lócus de transferência de valor para os países centrais.

Considerações Finais

Tratamos nesse trabalho de realizar uma tentativa de compreender ainda que de forma geral, a relação entre dependência, subimperialismo e migração. Temos a convicção de que este trabalho não esgota essa reflexão. Muita embora o tempo tenha sido escasso e mesmo, as limitações que um trabalho dessa natureza nos impôs, pudemos perceber que a relação entre subimperialismo e migração não é acidental.

O subimperialismo brasileiro, com suas determinações bastante singulares, possui, entretanto, uma particularidade, quer seja, a subserviência dos países latino americanos ao imperialismo, sempre renovando-se confirmando algumas tendências, retroalimentando outras, mas sempre, numa mesma direção: a transferência do valor (ou das riquezas) produzido para os países de centro. Compreender, assim, nossa história, nossa posição no globo, a partir de uma teoria crítica, além de nos parecer coerente do ponto de vista metodológico é uma tarefa do nosso tempo.

A migração assim, foi compreendida aqui como fenômeno e processo e como objeto nos levou a buscar suas determinações mais concretas para a conformação de seus sentidos. Compreendemos ao final, que a migração é um fenômeno potencialmente rico para compreender outros processos. É, pois, um fenômeno inscrito nas relações

sociais capitalistas, produto de condições históricas objetivas, onde também se encontra a dimensão subjetiva dos sujeitos.

Vale destacar, que terminamos este trabalho, cientes de que as direções que assumem os fluxos migratórios nos dão pistas concretas da expansão do capitalismo no território, das mazelas sociais distribuídas por ele e, ainda, do quão longe pode ir um sujeito, que pretende sobreviver a despeito da morte que lhe é imposta. A *migração da dependência*, assim, mais do que um projeto familiar específico, surge como uma expressão do fracasso do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica. 1975

Carcanholo, Marcelo Dias. "Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica." *Revista de Economia Contemporânea* 12.2 (2008): 247-272.

Colistete, Renato Perim. "O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil." *Estudos Avançados* 15.41 (2001): 21-34.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. Companhia das Letras, 2012.

DURHAM, E. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FAUSTO, B. (org.). Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

Feldman Bianco, Líliliana SANJURJO, and Douglas DA SILVA. "Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018." BIB 93 (2020).

Feldman Bianco, Bela. "Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do Estado." *Ciência e Cultura* 67.2 (2015): 20-24.

Feldman Bianco, B. Entre a "fortaleza" da Europa e os laços afetivos da "irmandade" luso-brasileira: um drama familiar em um só ato. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; Feldman Bianco, B. (orgs.). Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 385-415.

Feldman Bianco, B. Globalização, antigos imaginários e reconfigurações de identidade: percursos de uma pesquisa comparativa. *Cadernos CRH*, v. 13, n. 33, p. 27-48, 2000a. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v13i33.18567>

Fernandes, F. (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo Livros.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1964.

FERNANDES, F. Resenha de "A aculturação dos alemães no Brasil" de Emílio Willems. Revista do Arquivo Municipal, ano XV, CXXII (2): 205-218, 1949.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. Cadernos Pagu, n. 26, p. 11-43, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100002>

FONSECA, C. Transnational Negotiations of the Mechanisms of Governance: Regularizing Child Adoption. Vibrant, Brasília, v. 6, n. 1, 2009.

HANDERSON, J. Diáspora. Sentidos Sociais e mobilidades haitianas. Horizontes Antropológicos, ano 21, n. 43, p. 51-78, 2015.

Magalhães, Luís Felipe Aires. "O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina-SC." *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos* 5.1 (2015).

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Dr^a Rosana. "MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL (2017).

Magalhães, Luís Felipe Aires. "Migração Internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise marxista." *Informe GEPEC* 15.3 (2011): 459-477.

Magalhães, Luís Felipe Aires. "Migração Internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise marxista." *Informe GEPEC* 15.3 (2011): 459-477.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. Mexico City: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

Marini, Ruy Mauro, e Emir Sader. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1974.

Marx, Karl. O capital: vol 1: O Processo de produção do capital. 2011.

OECD. International Migration: The Human Face of Globalisation, 2009. disponível em: <https://www.oecd.org/migration/migration-policy-debates.htm>. Acesso em 30 de Abril de 2020

OECD. Migration Policy Debates. May, 2014. disponível em <https://www.oecd.org/migration/migration-policy-debates.htm>. Acesso em 30 de Abril de 2020.

SEYFERTH, Giralda. "A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais." *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, São Paulo 57 (2004): 7-46.

SEYFERTH, G. Imigração, Colonização e Identidade Étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). *Revista de Antropologia*, v. 29, p. 57-71, 1987. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1986.111143>

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias, v. 1, 2008.

Seyferth, Giralda. "Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil." *Brasília-DF: CNPD Comissão Nacional de População de Desenvolvimento. Seminário Internacional sobre Migrações Internacionais: Contribuições para as políticas* (2000).

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, 2002. [https:// doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149)

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 41-58.

SILVA, S. A. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 99-117, 2017.

TORPEY, J. *The invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.